

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE GÊNERO**

Bruna Rios Paim

**Serviço Social e Gênero: um diálogo necessário na
atuação profissional.**

Santa Maria, RS, Brasil

2021

Bruna Rios Paim

Serviço Social e Gênero: um diálogo necessário na atuação profissional.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Especialização em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Estudos de Gênero**.

Orientadora: Prof^aDr^a Márcia Eliane Leindcker da Paixão

Santa Maria, RS, Brasil

2021

Bruna Rios Paim

Serviço Social e Gênero: um diálogo necessário na atuação profissional.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Especialização em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Estudos de Gênero**.

Aprovado em 04 de fevereiro de 2021:

Márcia Eliane Leindcker da Paixão Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Jairo da Luz Oliveira Dr. (UFSM)

Sheila Kocourek Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2021

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
Breve histórico do Serviço Social.....	02
Serviço Social e a aproximação com o Feminismo.....	06
Experiências profissionais no Serviço Social.....	10
Considerações finais.....	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19

Serviço Social e Gênero: um diálogo necessário na atuação profissional.

Social Work and Gender: a necessary dialogue in professional practice.

Autora: Bruna Rios Paim

Orientadora: Márcia Eliane Leindcker da Paixão

Resumo

Este artigo faz parte da conclusão da Especialização em Estudos de Gênero da UFSM. A partir da revisão bibliográfica acerca do histórico do Serviço Social, busquei estabelecer um diálogo com o referencial teórico dos Estudos Feministas com o intuito de aproximar a reflexão de gênero do Serviço Social. Buscou-se nos últimos três anos, em periódicos específicos, as publicações do Serviço Social e Gênero. A história desta profissão está marcada pela presença das mulheres em sua maioria até os dias de hoje. Interseccionar gênero, classe e etnia na reflexão das exclusões sociais a partir da prática profissional de uma Assistente Social, foi o desafio deste artigo.

Palavras Chave: Serviço Social, Gênero e Prática profissional.

Abstract

This article is part of the conclusion of the Specialization in Gender Studies at UFSM. From the bibliographic review about the history of Social Work, I sought to establish a dialogue with the theoretical framework of Feminist Studies in order to bring gender reflection closer to Social Work. In the past three years, publications of Social Work and Gender were searched in specific journals. The history of this profession is marked by the presence of women, mostly until today. The challenge of this article was to intersect gender, class and ethnicity in the reflection of social exclusions based on the professional practice of a Social Worker.

Keywords: Social Work, Gender and Professional Practice.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social possui uma história longa no Brasil, desde 1936, quando surgiu a primeira escola de Serviço Social no Brasil e, por conta disso, já passou por inúmeras formas de atuação até chegar às formas de atuação previstas nos dias de hoje conforme o código de ética de 1993. E para evoluir como profissão, é preciso conhecer essa história pregressa e, principalmente, compreender porque houve esserompimento com algumas práticas profissionais antigas e conservadoras. Também compreender que este resgate histórico contribui para uma atuação comprometida com a ética, com os direitos humanos e com as pessoas.

É necessário conhecer as formas de construção desta profissão no Brasil, para que assim possamos compreender porquê a profissão rompeu com a doutrina da Igreja, e buscou na teoria e no rompimento com práticas assistencialistas o seu fortalecimento como profissão. Passamos por quatro códigos de ética, para que chegássemos ao que hoje nos direciona na prática. Passamos por um período histórico bastante importante para essa profissão, que ficou conhecido como Movimento de Reconceituação, o qual buscou trazer aos profissionais, uma identificação político-ideológico, como afirma Neto (2005).

Situarmos a importância do feminismo e dos estudos de gênero na construção de uma prática responsável com a emancipação humana e respeito aos direitos humanos nos faz romper com o autoritarismo, com uma prática ligada ao arbítrio, com o conservadorismo e trabalhar na busca por relações sociais de sexo, raça e classe mais justas. Pensando nisso e observando que o Serviço Social ainda apresenta poucos escritos relacionados com estudos de gênero, realizou-se uma pesquisa em duas revistas de importante publicação para o Serviço Social, usando os descritores Feminismo, gênero e mulher, para que pudéssemos ter algo palpável da quantidade de publicações realizadas nestes últimos três anos (2018,2019,2020). As revistas pesquisadas foram, revista Serviço Social e Sociedade e Revista Katállys da UFSC.

Além disso, fazer essa amarração nos faz compreender o porquê esta profissão é na sua maioria executada por mulheres e direcionada na sua maioria a atender mulheres, pois as relações de sexo nos levam a uma maior exclusão do mercado de trabalho.

Além de conhecer como o Serviço Social se estabeleceu como profissão, quais eram suas vertentes históricas, precisamos compreender a contribuição que os estudos de gênero trazem para essa profissão e assim conseguimos realizar uma prática reflexiva e comprometida com o rompimento do conservadorismo. Para isso, nossa prática precisa estar direcionada por essas teorias e principalmente pelo código de ética da profissão. Além de conhecermos a história, o/a profissional do Serviço Social precisa conhecer as políticas públicas dispostas e as leis para realizar uma prática que vai além das questões econômicas e compreenda as inúmeras formas de exclusão, preconceito e não acesso aos direitos sociais. É necessário olhar para essa sociedade patriarcal, heteronormativa e racista de forma atenta e reflexiva, para não cairmos numa atuação frágil.

Dessa forma, entendo que olhar para a prática do Serviço Social, com o intuito de mostrar no exercício profissional como as relações de classe, gênero e raça/etnia se apresentam na nossa realidade faz parte da análise crítica deste artigo. Compreender as formas de exclusão e preconceitos, vão muito além das relações de trabalho; pensar em formas de superá-las é uma das tarefas do conhecimento diante da realidade social.

Breve histórico do Serviço Social

O Serviço Social surge como profissão no Brasil trazendo muito de sua origem dos países Europeus e EUA. Nos países da Europa e nos EUA, a profissão apareceu com as “damas de caridade”, muito ligado a história da igreja Católica. E ao vir para o Brasil, essa profissão, além de trazer as heranças Europeias e Americanas, o Serviço Social, surge como uma necessidade de manutenção do capital e muito com um viés higienista, onde se pretendia ocultar a pobreza, ocultar as pessoas em situação de rua, as pessoas em sofrimento psíquico, dentre outras formas de opressão e exclusão, resultado da voracidade do capital. Essas primeiras formas de atuação no Brasil, ficaram conhecidas como, processo de higienização da pobreza, onde o que se pretendia era “esconder” o fracasso do capital.

As primeiras assistentes sociais no Brasil eram quase sempre mulheres, ligadas a Igreja e suas doutrinas de caridade, benevolência e cuidado aos necessitados. Em 1920 surge a Associação das Senhoras Brasileiras no Rio

de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo. Neste período, a profissão ainda era vista e executada de forma muito assistencialista, sem ter um direcionamento pautado na diversidade e inclusão e a reflexão acerca das práticas profissionais.

Como ressalta Iamamoto e Carvalho (2006), neste período a atuação surge de iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, pela Igreja Católica, direcionada a uma parcela da população e com interesses bem específicos, atender as pressões do proletariado, quando esse se depara com a voracidade do Capital.

Essa profissão durante muito tempo contribuiu para um Estado segregador onde sempre dividiu o País em pessoas que possuem bens e as que possuem apenas a mão de obra, digamos, os desfavorecidos, pobres. Durante longos anos, a profissão atuou de forma a apenas “esconder”, minimizar a pobreza nas ruas, sem pensar nisso como política pública e dar um direcionamento de garantia de direitos.

As soluções formuladas para a realidade brasileira são ortodoxamente antiliberais e antidemocráticas. As instituições republicanas são consideradas falidas política e socialmente; defendem a necessidade de um regime forte, atribuindo ao Estado autoridade absoluta, desde que sob a influência da igreja. Ordem e hierarquia são condições indispensáveis para a superação da situação de crise. Sua principal palavra de ordem será, combater toda a forma de rebelião, coerente com o crescendo do autoritarismo e arbítrio instalado pelos últimos governos da República Velha. IAMAMOTO e CARVALHO (pag. 145, 2006).

Então neste período (1920 a 1929), a “questão social” fica encoberta, pois neste momento as lideranças Católicas não pretendiam atuar na minimização da questão social e apenas “tirar” dos olhos da sociedade o que não estava dando certo. Então, as poucas análises e intervenções ficaram sobre o proletariado e as péssimas condições de trabalho que eram submetidas as mulheres e as crianças. Como ressalta Iamamoto e Carvalho, o Capitalismo teve grande expansão no Brasil ligada a produção do café, o aprofundamento da industrialização, urbanização acelerada as quais trouxeram ao País marcas significativas na sua história. Trabalhos precários, a escravidão, mulheres em trabalhos subalternos, crianças privadas do direito de estudar e de um desenvolvimento sadio, trabalhavam desde muito cedo.

Em 1929 o Capital entra em crise mundialmente e esses reflexos foram sentidos no Brasil também, aqui tivemos a primeira crise do Capital, quebra da bolsa de valores, concentração de Capital e o enriquecimento de poucos (monopólio), empobrecimento da classe trabalhadora, como resultados desta crise. E um ponto importante a destacar dessa crise é a observação feita por Iamamoto em 2015, que quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção alienam as próprias pessoas.

O Capital, em seu movimento de valorização, produz a sua invisibilidade do trabalho e a banalização do humano, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso. Potência exponencialmente as desigualdades inerentes a essa relação social, as quais são hoje impensáveis sem a ativa intermediação do Estado Capitalista e das políticas econômicas e sociais implementadas. IAMAMOTO (pág. 53, 2015)

Observando esse breve regaste histórico do Capitalismo e suas relações é possível ressaltar que o Serviço Social como profissão tem seus recuos, pois nossa atuação está ligada as políticas públicas e sabemos que essas são difíceis de saírem do papel ou receberem o investimento necessário e avanços, pois deixou de ser uma profissão vista somente como cuidado, benevolência, mesmo que ainda predominantemente executada por mulheres. E essa profissão tem esses recuos e avanços, porque está diretamente ligada ao desenvolvimento do capital e da forma como este produz as desigualdades entre as pessoas e suas relações sociais. Assim como o Capitalismo passou por suas crises, as relações do proletariado também foram modificadas e principalmente tivemos grandes evoluções nas condições de trabalho. E então o Serviço Social no Brasil começa a deixar de ser apenas caridade para ser uma profissão de cunho ético, político e metodológico após 1936 quando surge a primeira escola de Serviço Social na PUC São Paulo. A inserção das mulheres na educação superior articulado com o movimento feminista foi um fenômeno revolucionário tanto no que se diz ao lugar da mulher na sociedade como as expectativas dessas mulheres para o futuro.

Oliveira e Chaves (2017), afirmam que o Serviço Social, como as demais profissões de natureza social, é demandado nesse contexto, organizando-se em instituições da sociedade, na perspectiva de ajudar e assistir o “necessitado”, o

“deficiente” e o “desajustado” socialmente. Neste primeiro surgimento da profissão como teoria, o objetivo implícito era controlar os conflitos ou minimizá-los.

Essa primeira escola ainda muito vinculada à doutrina social da igreja católica, direcionada a ação social. Após este momento, surgiram as escolas do Rio de Janeiro (1937) e Recife (1940). Neste período a atuação da assistente social ficava restrita ao atendimento individual e ainda utilizava do discurso do ajudar e do enquadrar a todos da sociedade da mesma forma. Era utilizada a metodologia de caso, grupo ou comunidade.

Somente em 1940 inicia um debate importante para a profissão mundialmente, a possibilidade da criação de um código moral para direcionar a prática profissional no mundo. Após esse movimento, inicia no Brasil a necessidade de Código de Ética, para direcionar a atuação profissional e principalmente, fazer uma leitura desta profissão no Brasil e para suas necessidades e realidades. Assistentes sociais passaram por quatro códigos de ética (1947, 1965, 1975, 1986), para então chegarmos ao que hoje nos gere (1993), indicando as coordenadas para uma atuação de qualidade, visando sempre a pessoa e os seus direitos cidadãos. Hoje possuímos diretrizes e a atuação profissional precisa estar de acordo com seu projeto ético-político.

Como reafirma Barroco e Terra

Na conjuntura sócio-histórica de luta pela conquista do Estado de direito e pela vigência da democracia política que se efetivaram iniciativas coletivas de reflexão e de luta em busca de um projeto profissional direcionado aos interesses da classe trabalhadora e à crítica ao conservadorismo e suas implicações na vida social e profissional. O conjunto de mudanças teórico-metodológicas e ético-políticas que se efetivam no Serviço Social brasileiro a partir desse período alicerça o que hoje denominamos de projeto ético-político. BARRACO E TERRA (pág. 9 e 10, 2012).

O primeiro código de ética foi aprovado em 1947, ainda muito influenciado pela visão Europeia. Oliveira e Chaves ressaltam que este código de ética foi reformulado, tendo como motivo a regulamentação jurídica da profissão, as transformações conjunturais do país e o próprio questionamento formulado sobre a metodologia do Serviço Social e questões teleológicas. Então em 1967

foi realizado o documento de Araxá e 1970 o documento de Teresópolis, os quais precederam o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, o qual pretendia a construção de um profissional com um perfil crítico, foi neste movimento que se repensou o modelo de atuação do assistente social e principalmente, pretendia o rompimento com as teorias importadas e trabalhar na realidade do povo brasileiro. Como já destacou Barroco e Terra (2012), a busca de ruptura com o conservadorismo profissional, produto histórico de uma prática social coletiva construída a partir de inúmeras determinações que não se esgotam no código de ética (código de ética 1965).

Importante destacar que os códigos de ética de 1965 e 1975 são códigos do período ditatorial, nestes períodos se iniciou o questionamento de valores e costumes relacionados ao papel da mulher. Aqui inicia a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais da juventude e feministas.

O código de ética de 1986, foi precedido pelo fortalecimento do capitalismo, pela ditadura e pelo fim desta. Foi posterior a esse código, o movimento e lutas sociais pela redemocratização, Constituição de 1988, que garantiu regime democrático, direitos sociais, civis e políticos. Esse código foi fruto coletivo da categoria.

Já o código de ética de 1993, foi atualizado e construído a partir da Constituição Federal de 1988, e a outras várias leis que nos dão suporte. E neste período nos deparamos com a “revalorização” do capital, aqui o surgimento do Neoliberalismo, o qual prioriza um Estado mínimo. Como afirma Hoff e Bellini (2020):

Os reflexos do ideário neoliberal nas políticas públicas brasileiras aparecem de forma latente a partir da década de 90, principalmente pelas medidas de diminuição das funções estatais, pelo amplo processo de privatizações, terceirizações, configurando-se em um modelo de Estado que se torna mínimo para o trabalho e máximo para as questões relacionadas ao Capital financeiro HOFF E BELLINI(pág. 199, 2020).

De acordo com Barroco e Terra (2012), é importante ressaltar que a necessidade pela “ética” na profissão e no seu direcionamento profissional, se dá no mesmo tempo em que se aumenta a pobreza e a corrupção na sociedade brasileira.

Materializar o código de ética nos dias de hoje é um desafio, mas mais que isso, uma necessidade para a construção de uma sociedade crítica e a consolidação dos direitos da classe trabalhadora, dos grupos e sujeitos socialmente subalternizados.

Serviço Social e a aproximação com o Feminismo

Fazendo este resgate sucinto da história da profissão do Serviço Social, que se firmou e cresceu através do viés da igreja, do cuidado e foi e ainda é predominado por mulheres em sua atuação, é importante ressaltar a pertinência da ligação desta profissão com o feminismo e suas vertentes, pois só assim conseguiremos minimizar as ameaças do conservadorismo. Assim como afirmam Bezerra e Veloso (2015), o Serviço Social consistia em remediar “deficiências generalizadas”, sem, no entanto, afetar os grupos sociais em suas estruturas. O campo era delimitado e se buscava enquadrar os “desenquadrados” da sociedade numa ação personalizada.

É necessário compreender que, para uma atuação eficiente, precisamos observar que as relações sociais se constituem em três eixos fundamentais: classe social, gênero e raça/ etnia, como destaca Bezerra e Veloso (2015). Mas antes de pensar na atuação profissional, precisamos nos darmos conta de um dado importante: a categoria das/os assistentes sociais, ainda é predominantemente feminina, contando com apenas 3% de homens. A região com maior percentual masculino é a Sudeste (7%) e a menor é a região Sul (1%), de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social, 2005. Mas mesmo sendo uma profissão de e para mulheres, não estamos livres de uma atuação conservadora e patriarcal e isso se dá porque ainda estamos sobre as regras do Capitalismo/ neoliberalismo, amparados pelo sistema patriarcal.

Assim como as demais profissões, o Serviço Social surgiu em conjunturas históricas que exigiam novas formas de atuação frente às necessidades sociais. No Serviço Social foi o surgimento da questão social, Lima (2014), a contradição entre capital X trabalho, presentes na cultura e que escancaram a exploração de classe, da raça negra (escravidão) e indígena como formas de construção e manutenção do capitalismo, iniciada e perpetuada pelo colonialismo.

Cisne e Santos (2018) falam das marcas de subordinação e dependência, forjadas em um modelo de colonização baseada no patrimônio patriarcal e

escravista e possuem implicações na formação não apenas econômica, mas também social, cultural e política do Brasil. E isso se reflete nos nossos dias atuais, onde observamos resistência de uma grande parte da população com políticas públicas de transferência de renda, de afirmações positivas e até mesmo com a nossa política pública de saúde (SUS). Temos dificuldades de reconhecer os privilégios dos brancos, de uma sociedade patriarcal e das desigualdades que o Brasil foi alicerçado. E o Serviço Social por ser uma profissão constituída na sua maioria por mulheres nos deparamos ainda mais com o preconceito de gênero, pois além de sermos direcionadas a trabalhos com salários precários, pois ainda lutamos pela aprovação do piso salarial, somos chefiadas por homens, que minimizam nossa profissão ao mero assistencialismo e ao cuidado com o outro.

Segundo Flávia Biroli (2018), falar da divisão sexual do trabalho é tocar no que vem sendo definido, historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher. E quando falamos de trabalho e suas produções de exclusão, não podemos deixar de considerar a raça, gênero e classe. Precisamos aqui, reconhecer a atuação das mulheres assistentes sociais antes do Movimento de Reconceituação e depois deste movimento. As primeiras assistentes sociais eram mulheres vistas como revolucionárias na época, mulheres que pertenciam a uma parcela da população, ligadas à igreja, mas que enxergaram nessa profissão a possibilidade da libertação, da saída do privado, para uma vida produtiva e interventiva. Mulheres essas que vislumbravam no trabalho, sua autonomia e a não dependência dos seus companheiros ou pais. Hoje, pós Movimento de Reconceituação, precisamos reconhecer que ainda são maioria mulheres nesta profissão, e talvez isso não seja algo natural, pois as mulheres sempre estiveram à frente de profissões de cuidado, amparo. Mas hoje essas mulheres conseguem perceber que o trabalho ele produz a libertação da mulher, mas ele também aprisiona. As mulheres assistentes sociais, se deparam com salários precários, com os preconceitos ocasionados pelo capital, que são as desigualdades de gênero, a desvalorização do feminino, o sucateamento das políticas públicas, o apoio ao neoliberalismo, o aumento da pobreza, dentre outras.

Observando isso, conseguimos compreender a luta dessa profissão primeiro, pelo seu reconhecimento como profissão, pois existimos no Brasil como profissão há 84 anos, temos um percurso histórico que nos caracteriza como

profissionais, mas isso foi se atualizando e se reformulando para que pudéssemos chegar ao lugar que hoje estamos.

Tereza KlebaLisboa (2010), em seu artigo sobre os encontros e desencontros do Serviço Social com o feminismo, ela ressalta três críticas na construção dessa profissão:

Primeira crítica é dirigida aos estatutos acadêmicos da profissão, em seu processo histórico no Brasil, assim como na maioria dos países latino-americanos, o Serviço Social teve como base os princípios da doutrina social da Igreja que imprimiram na profissão um “espírito de apostolado”, configurando-a como uma profissão a ser exercida por mulheres, como uma “vocação”, com papéis específicos definidos pela sociedade para mulheres: o cuidado, a tutela, a ajuda, que por sua vez requerem abnegação, entrega de si, ser para os outros, enfim “naturalizando” a responsabilidade da profissão como uma carreira destinada majoritariamente a mulheres. A segunda crítica é com base a institucionalização da profissão, pois se constata que, nos locais onde exercem sua profissão, as (os) assistentes sociais encontram-se imersos em relações hierárquicas onde predominam correlações de força, de dominação e de poder. Poucas (os) assumem locais de coordenação, direção de secretarias e nos Ministérios. E a terceira crítica, é dirigida ao “discurso técnico” utilizado nas escolas de Serviço Social. Em uma categoria como “questão social” entendida como “contradição entre capital e trabalho”, definida pela ABEPSS como o “objeto” do Serviço Social, ou seja, como “discurso técnico”, o que o reducionismo desta categoria não deixa ver? Até que ponto o discurso sobre emancipação política proposto pelo marxismo conseguiu superar o trabalho de cunho assistencialista demandado pelas instituições que contratam profissionais do Serviço Social? LISBOA (pag. 67 e 68, 2010).

Por isso, apresenta-se a necessidade de, além de olhar para a forma da dominação capital e trabalho, é preciso olhar para as teorias feministas e os estudos de gênero, para que possamos refazer e reconstruir as formas de dominação em nossa sociedade. E segundo Lisboa (2010) o Serviço Social começa se aproximar dos estudos Feministas e de Gênero, somente em 1990 e posteriormente inclui os estudos de gênero como obrigatoriedade no currículo do Serviço Social. E observando que essa ligação é de forma, bastante recente, mesmo que já exista a alguns anos, procurou-se em dois periódicos importantes para os profissionais e acadêmicos do Serviço Social (Revista Serviço Social e Sociedade e Revistas Katályis), as últimas publicações dos três anos (2018, 2019 e 2020) o quantitativo de artigos que haviam como seus descritores, feminismo,

gênero e mulher. Para que assim pudéssemos ter uma ideia de quanto o Serviço Social vem falando disso e publicando sobre gênero, feminismo.

Revista Serviço Social e Sociedade	Ano/ volume	Título do Artigo
1	2018 / 132	Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais.
2	2018 / 132	O movimento feminista na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em Serviço Social.
3	2018 /132	Lutas feministas nos documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): uma breve análise.
4	2018 /132	Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social.
5	2018 /132	Violência doméstica de gênero e mediação de conflitos: a reatualização do conservadorismo.
6	2018 /132	Direitos reprodutivos, aborto e Serviço Social.
7	2018 /132	Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher.
8	2018 /132	Diversidade e liberdade sexual: Defensoria Pública, movimentos sociais e a PrEP no SUS.
9	2019 / 134	Violência conjugal lésbica: relatos de assistentes sociais que atendem mulheres na cidade de Niterói.
10	2019 / 134	A sociabilidade das pessoas travestis e transexuais na perícia social.

11	2020 / 138	Capitalismo e razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil.
12	2020 / 138	Violência doméstica contra a mulher - com a fala, eles, os homens autores da violência.
Revista Katállys	Ano/ volume / número	Título do Artigo
1	2018 / 21 / 1	Mulheres e homens do Serviço Social no Chile.
2	2018 / 21 / 2	Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos.
3	2018 / 21 / 3	Gênese social e atualidade dos processos de inferiorização da mulher em Marx, Engels e Lukács.
4	2018 / 21 / 3	Aborto inseguro: um retrato patriarcal e racializado da pobreza das mulheres
5	2018 / 21 / 3	Gênero e relações capitalistas de produção: uma reflexão a partir da perspectiva marxista.
6	2018 / 21 / 3	O fenômeno da terceirização e a divisão sociossexual e racial do trabalho.
7	2018 / 21 / 3	Questões para o trabalho profissional do Assistente Social no processo transexualizador.
8	2018 / 21 / 3	O feminicídio e a legislação brasileira.
9	2018 / 21 / 3	Questões e tensões: alguns paradoxos do feminismo.
10	2018 / 21 / 3	Desigualdades geracionais, de gênero e étnicas entre os assistentes sociais chilenos.

11	2018 / 21 / 3	Do eclipse ao raiar do para si LGBT na política educacional brasileira.
12	2018 / 21 / 3	Articulações entre marxismo e feminismo: ontem e hoje.
13	2018 / 21 / 3	Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva.
14	2020 / 23 / 2	Direitos e seguridade social em tempos neoliberais: contradições e desafios feministas.
15	2020 / 23 / 2	Faca, peixeira, canivete: uma análise da lei do feminicídio no Brasil.
16	2020 / 23 / 3	As mulheres, os feminismos e as TICs.
17	2020 / 23 / 3	As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas.
18	2020 / 23 / 3	Mulheres jornalistas esportivas e mercado de trabalho: quem (não) as deixa trabalhar?

É necessário destacar que por mais que existam publicações sobre a temática, elas ainda são tímidas, por vezes um artigo por volume e em outros momentos um ano da edição sem se falar sobre o tema, nada sobre mulheres, gênero e feminismo. E quando falamos de mulheres, precisamos destacar que nessa profissão elas são maioria. Então, além de destacarmos as exclusões que abarcam esta parcela da população, necessitamos destacar que essas mulheres não escrevem porquê? Ou este tema é pouco abordado de certa forma porque tivemos pouca aproximação na academia?

Por que além da exclusão do capital, as mulheres sofrem dobrado com divisão do trabalho e as mulheres negras duas, três vezes mais. Lisboa (2010) convida, a partir dos estudos de gênero, a olhar e a pensar de forma diferente sobre nossa condição histórica e sobre a origem das desigualdades sociais.

Cisne e Santos (2018), ressaltam a pertinência da relação entre feminismo, diversidade sexual e Serviço Social para o processo de renovação

profissional, como movimento contínuo em face dos ataques e ameaças do conservadorismo. O Projeto Ético- Político da profissão, visa a defesa intransigente dos Direitos Humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, dando atenção ao pluralismo. Dessa forma, precisamos conversar com a teoria feminista, de gênero, além das relações de classe e dominação, pois só assim teremos um olhar abrangente da pessoa que atendemos e dessa forma poderemos impactar positivamente na sua relação com a comunidade, trabalho e família.

Mas é importante ressaltar que esse olhar ampliado e plural, ganhou reforço apenas em 2014 quando a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) aprovou a indicação da inserção na formação do currículo a inclusão de uma disciplina obrigatória sobre o tema gênero, feminismo e diversidade sexual. Até este momento, ou havia a inserção deste debate na academia por alguns direcionamentos de algum docente que “vestia a camisa” ou não se tinha aproximação com este tema. Outro movimento que vem ocorrendo é do ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), como por exemplo a criação do ENESSO Feminista que visa a incorporação das discussões para tratar as opressões/ explorações sexistas, racistas e patriarcais.

Ao observarmos esses movimentos de inclusão da discussão da exploração sexistas, racistas e patriarcais, podemos constatar que, mesmo os profissionais do Serviço Social que sempre foram atravessados pelas relações sociais de sexo, pois são maioria mulheres, não ficaram livres da ausência dessa discussão na formação. Além de nos depararmos com salários 50% pago aos homens e o baixo status social que esta profissão carrega, pois é executado na sua maioria por mulheres.

Assim como afirma Cisne e Santos (2018), que a característica de predominância feminina não é algo espontâneo tampouco natural, mas socialmente determinada pela divisão sexual do trabalho patriarcal, ao imputar às mulheres uma responsabilidade sobre as expressões da questão social. Por tanto, este sistema patriarcal-racista-capitalista, não mede esforços em naturalizar o “papel” da mulher na sociedade, como já afirmou Biroli (2018), estamos sujeitos a uma sociedade que reforça a cultura e educação sexista que fomenta que ser mulher é sinônimo de cuidado, sacrifício e abnegação em detrimento de si.

Rita de Lourdes de Lima (2014) reafirma que a divisão sexual do trabalho, se multiplicam e reforçam a desvalorização do trabalho feminino e a valorização do trabalho masculino. Por isso a importância da profissão estar ligada a luta feminista e sua teoria, pois o feminismo busca a igualdade dos sexos, mas o principal é a não desqualificação da mulher pelo homem, a não alienação do corpo da mulher tão pouco, retornarmos ao “privado” por medo da luta. É importante reconhecer que o Serviço Social, como profissão, abriu possibilidades às mulheres que até então não viam a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, que até o momento era destinado, na sua grande maioria aos homens. Mas então porque o Serviço Social começou a discutir juntamente com a teoria feminista somente agora?

Talvez por que somente no século XX (1970 e 1980) os “estudos de gênero” surgem e se consolidam, sob a influência de feministas acadêmicas na época. Assim conseguiram incluir os estudos feministas e suas contribuições para a formação dessa profissão e na formação acadêmica em geral. Somente assim, bebendo da vertente feminista, que se iniciou a discussão e a reflexão do porque essa profissão ainda é de maioria feminina. E ainda, conseguimos refazer nosso aporte prático em cima das questões de gênero, classe e raça, porque sabemos que o capitalismo é incompatível com a igualdade, mas que as desigualdades vão para além do trabalho.

Esse entendimento foi demonstrado por Cisne (2018), o feminismo não deve ser um movimento que luta estritamente pelas questões individuais das mulheres, ainda que tais questões sejam incontestavelmente importantes e indispensáveis, pois o fundamento do feminismo sendo a emancipação das mulheres encontra um limite estrutural: o capitalismo. Partindo do pressuposto de que a emancipação da mulher está associada à construção de uma nova sociedade, o patrimônio categorial do marxismo se faz indispensável para a luta das mulheres, uma vez que tem como objeto a sociedade burguesa e como objetivo a sua superação.

Como já destacaram Cisne e Santos (2018), muito se fala em uma suposta incapacidade do marxismo em “dar conta” de temáticas como a opressão das mulheres e sexualidade. Eles afirmam que, sem o legado do materialismo histórico e dialético e o patrimônio categorial do marxismo, não conseguiríamos apreender as determinações, em uma perspectiva de totalidade,

das expressões da desigualdade social e da opressão vigentes na ordem heteropatriarcal-racista-capitalista.

Se aproximar dos estudos de gênero, do feminismo, contribui para uma atuação mais reflexiva e que ilumine uma prática mais completa, tendo em vista que as desigualdades sociais não ficam só no campo do trabalho, elas extrapolam e chegam na raça e diversidade sexual. Não podemos mais focar apenas no econômico, como destaca Sebastiany (2019).

Experiências profissionais no Serviço Social

A análise de qualquer profissão necessita de seu resgate histórico para que possamos identificar de onde viemos e direcionar para onde vamos. É imprescindível conhecer a evolução e a ligação com certas teorias. O Serviço Social não é diferente, ele tem sua história, sua construção prática, teórica no Brasil e seus avanços como profissão. Ao longo destes anos, a profissão foi criando leis para sua atuação, políticas públicas que direcionam a prática e assim rompendo com exercícios ligados à igreja e ao seu assistencialismo.

Mas algumas coisas permanecem com poucas evoluções, como a presença majoritariamente de mulheres nesta profissão. São muitas que ainda estão à frente desta profissão e principalmente, na linha da frente da prática. Mas são poucas as que trabalham na criação de políticas públicas, poucas que estão à frente de secretarias e ministérios, mas aos poucos essa história pode se desconstruir e por isso trouxemos a experiência de profissionais na proteção social básica.

Proteção social básica surge em 1993, com a lei 8.742 lei orgânica da assistência social, a qual pretendia garantir a assistência social a todo cidadão, e que essa Lei é dever do Estado. É importante destacar que essa política faz parte do tripé da seguridade social (assistência social, saúde e previdência social) sendo esta não contributiva. Como afirma o artigo primeiro: Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Nesta mesma lei (8.742/93) é possível encontrarmos a especificação de cada serviço e como esses devem atuar e qual parcela da população atender,

por isso, os serviços de proteção social básica são serviços: Art. 6º -A. A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção: (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) –

I - Proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

Os serviços de proteção social básica, são ofertados pela rede socioassistencial de cada Município, diretamente ligados em rede com os serviços do Estado e das demais instituições. Tendo conhecimento disso, este serviço de proteção social básica da cidade de Santa Maria, atende crianças e adolescente de bairros de alta vulnerabilidade nesta cidade, entre os 06 aos 17 anos, no turno inverso ao escolar. Neste local as crianças e adolescentes recebem além de proteção, prevenção de riscos, são disponibilizados a esses usuários, oficinas de música, teatro, esporte e apoio de uma equipe psicossocial. Além das crianças e adolescentes, suas famílias são atendidas por este serviço. No ano de 2020 foram 360 famílias atendidas. No momento da inscrição neste serviço de proteção social básica, precisam preencher uma ficha socioeconômica com dados importantes de cada família, para que a equipe possa conhecer e assim saber de que forma intervir.

E ao observamos essas fichas socioeconômicas, podemos verificar dados importantes na constituição da nossa sociedade e principalmente, dados importantes que revelam as situações das relações sociais, de classe e gênero. Nestes dados podemos constatar que os meninos ainda são 53% do nosso público atingido, e aqui precisamos destacar que o acesso à cultura também perpassa as questões de gênero. Podemos perguntar: Os meninos são maioria neste serviço porque são maiorias nestas comunidades, ou porque as meninas ainda carregam as obrigações dos lares, casas, como prioridade? Ou é pelo risco de uma menina sair de casa e estar em uma parada de ônibus, mesmo que durante o dia?

Observamos aqui um dado o qual nos leva para as questões de uma sociedade patriarcal, onde as mulheres são criadas para as atividades domésticas e, nestas comunidades, ainda saem perdendo para os homens quando o assunto é cultura e lazer. Dentro deste serviço, existe uma diversidade, e procuramos trabalhar no rompimento de estereótipos e na diversidade sexual.

Compreendemos que as questões vão muito além do sexo masculino/feminino, que existe uma parte da população que não se encontra na heteronormatividade que é imposta pela nossa sociedade, e por isso, é necessário acolher, respeitar e dar visibilidade para todos, para que este local não seja apenas um espaço cultural, mas sim um espaço que contribui para seu crescimento como cidadão. Como afirmam Baleiro e Risk (2014), sexualidade e gênero se entrecruzam quando consideramos que a construção social da masculinidade se baseia na negação do feminino, incluindo a dominação simbólica das mulheres e a homofobia.

Quando falamos crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social um dado relevante a ser destacado são as questões étnico raciais. Porque através deste dado, vamos dar visibilidade às famílias que vivem em situação de vulnerabilidade, tendo em vista que as questões étnico raciais, perpassam ou contribuem ainda mais para o não acesso das políticas públicas. Podemos verificar isso, quando olhamos para o público atendido neste serviço de proteção social básica, a maioria está entre os negros e pardos, isso traz à tona a necessidade dessas famílias. São as que mais acessam esses serviços, por serem as que mais são e vem sofrendo com o não acesso à escolaridade superior, a trabalhos de renda básica e assim por diante.

Como resgata Djamila Ribeiro em seu livro, pequeno manual antirracista, (2019):

Falar sobre racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências. Deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas DJAMILA (pag. 09, 2019).

Precisamos retomar que mesmo a educação sendo direito desde 1824, as escolas eram direcionadas aos brancos e sua cultura, os negros não podiam entrar. Nos dias de hoje, podemos constatar que os negros acessam a escola de formas divergente aos dos brancos, pois quase sempre estão na educação pública e nem sempre acessam de forma igualitária, já que na grande maioria vem de situações econômicas mais desiguais as quais os encaminham para o mercado de trabalho, mesmo que informal, muito cedo.

Ao resgatarmos esse perfil das famílias atendidas, podemos examinar que com relação aos responsáveis pelos cuidados pelas crianças e adolescentes deste serviço, o familiar que mais aparece são as mães, o que traz à tona novamente as questões de gênero, que ainda as mulheres, na maioria das famílias são as responsáveis pelos cuidados com os filhos. Seguidas pelos pais com 12% e após pelas avós com 7%.

Outro dado importante, das crianças e adolescentes que frequentam o projeto onde trabalho, 49% das famílias são mantidas pelas mulheres, mulheres que além de trabalhar em casa, são as que sustentam suas famílias. E as formas de trabalho destas mulheres são inúmeras: advogada, segurança, diarista, agente de saúde, chapista, manicure e outras são aposentadas. Esses dados nos mostram o quanto nos dias de hoje, as mulheres estão cada dia mais no mercado de trabalho, mas isso não quer dizer que tenhamos alcançado a igualdade de gênero, pois ainda somos as únicas na maioria que chegamos em casa e ainda continuamos a trabalhar, na verdade, nunca paramos.

Mas verificar que as mulheres são as responsáveis financeiras pelas famílias, tem dois direcionamentos, a mulher está saindo para complementar a renda familiar ou são mães solo (mãe responsável pela criação e manutenção dos filhos). Mesmo quando a gente está conquistando direitos, (o direito do trabalho) nós enfrentamos desigualdades, pois além de trabalharmos fora, ainda temos as responsabilidades do trabalho privado (dentro de casa), aquele que não é pago.

Como reafirma Mirla Cisne (2018):

A emancipação da mulher não possui apenas uma dimensão restritamente econômica já que as relações materiais dominantes associam-se às ideologias também dominantes. Abolir a propriedade privada e transformar economia doméstica individual em uma economia doméstica socializada são premissas indispensáveis para a emancipação, contudo são insuficientes. A transformação da cultura e dos valores são, também, indispensáveis para tal propósito CISNE (pag.221, 2018)

Cisne (2018), por meio das apropriações advindas das relações sociais de raça e sexo, afirma que o capitalismo amplia um grande contingente humano disponível para os mais baixos salários, aumentando, portanto, a sua

capacidade de exploração associada às apropriações do tempo, do corpo e do trabalho não pago das mulheres.

Importante ressaltar, que estas mulheres, que também são na grande maioria, responsáveis pela renda da família, são mulheres beneficiadas por programas de transferência de renda (bolsa família), pois essas mulheres além de receberem este valor do Governo, elas arrumam outras formas para complementar sua renda (faxina, reciclagem, profissionais do sexo, dentre outras formas de trabalho informal). São mulheres que sofrem com o estereótipo de “mulheres que fazem filhos para viver do Bolsa família”.

Como afirma Cobo (2012), mesmo que a política de transferência de renda seja um avanço na forma como tratamos a questão da pobreza no Brasil, essa política ainda apresenta suas fragilidades e suas corrupções.

A atuação como assistente social nos dias de hoje nos leva a buscar outras teorias que possam qualificar a atuação profissional, mas além disso, para instrumentalizarmos as pessoas sobre suas relações sociais, de gênero e raça. O Serviço Social atua na questão social, e como já sabemos, essas desigualdades surgem, explodem da relação capital x trabalho e segue suas raízes de exploração com gênero e raça.

Esta profissão ainda é considerada como uma profissão subalterna, uma profissão feminina, com isso não podemos negar a divisão sexual do trabalho. E como reafirma Biroli, a divisão sexual do trabalho ainda sobrecarrega a mulher com o trabalho doméstico, esse está sempre entrelaçado com o trabalho assalariado no capitalismo, como se o trabalho doméstico dá suporte ao trabalho ‘formal’. A posição de desvantagens das mulheres se atualiza com o capitalismo e nós, assistentes sociais, não estamos fora dessa.

A aproximação com a teoria feminista e de gênero, faz com que os profissionais do Serviço Social se reinventem e, principalmente, traz aos movimentos sociais novos significados e novas esperanças, não só a esperança em dias melhores, mas a possibilidade de uma construção teórica que rompe com o conservadorismo em nossa sociedade no geral e a defesa intransigente dos direitos humanos como prevê o Código de Ética desta profissão.

Considerações finais

Retomando a proposta colocada no início deste artigo, reitero a importância de estabelecermos uma reflexão teórica na história da profissão do Serviço Social. E mais que isso, conhecermos os caminhos que percorremos e que hoje ou já não fazem sentido sozinhos, ou estão em desuso. Sabemos que o Serviço Social surge da ligação com a Igreja, com seu caráter assistencialista, mas precisamos reconhecer a importância de termos repensado essa prática e hoje estarmos atuando de acordo com uma teoria, um Código de ética e um projeto ético-político.

O Serviço Social existe há 84 anos em nosso País e mesmo assim, nos dias de hoje, precisamos estar reforçando a importância desta profissão para uma sociedade mais justa, menos preconceituosa e conservadora, até mesmo entre os profissionais ainda observamos atuações descomprometida com a atualização profissional e anterior ao Movimento de Reconceituação. Movimento este que foi importante para coerência na atuação profissional e rompimento com as teorias da Igreja Católica.

Aos refazermos esse resgate histórico, podemos observar que, o Serviço Social e a vertente do feminismo estiveram por vezes próximos e por vezes distantes e isso se dá por que somente em meados os anos 90 que se reconhece os estudos de gênero importante na constituição e formação de profissionais próximos a realidade. Ao nos aproximarmos (profissão) do feminismo, nos deparamos com a realidade que o povo brasileiro se depara, as desigualdades não ficam só no campo do trabalho, elas chegam as relações sociais de raça/etnia e sexual. Não podemos olhar para exclusão social e seus agravantes sem reconhecer que existem raças mais afetadas e principalmente, sexos que sofrem dobrado com o preconceito no mercado de trabalho.

O movimento feminista não quer só a igualdade dos sexos, mas sim a consideração que a pobreza no mundo tem gênero, e cor. A pobreza é das mulheres e negra. E essas mulheres além de enfrentarem as dificuldades de sobrevivência, fome, encontram no caminho uma política de ódio as políticas públicas de transferência de renda (bolsa família) políticas afirmativas (cotas). Observamos uma crescente lógica de quanto mais filhos, mais se ganha bolsa família e menos se quer entrar no mercado de trabalho formal, quando que isso é um processo contrário e machista, a mulher encontra a dificuldade de se

colocar no mercado de trabalho, quando se coloca, encontra a dupla jornada, a responsabilidade com os filhos como exclusividade e quando se é mulher e negra, essas dificuldades ainda aumentam.

Neste artigo, buscou-se nas revistas Serviço Social e Sociedade e Katalys, verificar o quantitativo de nos últimos três anos de publicação que o Serviço Social vem produzindo sobre gênero, feminismo e mulheres. E podemos observar que é um número relativamente positivo, mas ainda pequeno, na Serviço Social e Sociedade, tivemos nos três anos, 12 artigos e na Katalys 18, ainda os profissionais e estudiosos do serviço social que falam e publicam sobre gênero são poucos. E isso pode aparecer por muito motivos, como por exemplo, serem na maioria mulheres atuantes, a dificuldade da escrita, pois sabemos da dupla jornada feminina, talvez pelo afastamento com o tema que a profissão teve durante anos e tantos outros.

Para essa sociedade patriarcal, heteronormativa, uma profissão que venha para romper ou ao menos refazer os questionamentos sobre o que está imposto, sempre será motivo de negacionismo de sua importância, e principalmente, o empoderamento de um discurso de ódio e preconceito.

O Serviço Social é, nos dias de hoje, uma profissão feminina e sim, uma profissão de mulheres para mulheres, pois ainda nos deparamos na nossa prática com a maioria sendo mulheres. E por sermos uma profissão de mulheres não estamos longe, ou afastadas de sofremos a sobre carga da dupla jornada, mas como assistentes sociais, ainda carregamos algo bem significativo, o sofrimento é o não acesso de algumas outras mulheres aos mínimos sociais. Estamos diariamente tendo contato com mulheres que têm seus direitos negados e por conta disso, suas famílias (filhos) não acessam alguns mínimos sociais como comida, direito à saúde, educação precária dentre outras. Diariamente nos deparamos com mulheres sendo violentadas, subalternizadas em suas relações de trabalho, mulheres sem acesso ao emprego formal, a falta de conseguir dar aos seus filhos o alimento básico e ainda essas mulheres são diariamente julgadas e desqualificadas como mulher e mãe. O não acesso a creches para essas mulheres poderem deixar seus filhos em segurança, para trabalhar e tantas outras negligências vividas. Pois isso a importância de estarmos próximas a reflexão do capital, mas compreendermos que as manifestações da questão social vão além.

Compreendemos, que o acesso ao trabalho remunerado se dá de formas diferentes entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres. Assim como as questões de mulheres/ famílias que são atendidas pelo projeto, o acesso à políticas públicas ou não se dá de forma diferente a determinados grupos de mulheres.

As desigualdades ficaram mais evidentes na atuação profissional, neste ano, o qual ainda tivemos o agravante de uma Pandemia Mundial (COVID 19), onde podemos constatar que este estado Neoliberal, ele precisa ter prazo final, pois um estado mínimo se mostrou ineficiente no momento em que vivemos. Neste ano, as desigualdades de gênero foram reforçadas, de raça também, percebemos a falta ou desaparecimento do trabalho formal, o qual garante direitos trabalhistas, o aumento do trabalho informal com a venda do empreendedorismo, a necessidade da readaptação profissional, de termos que lidar com o imprevisto e principalmente, darmos conta das demandas sociais no home office. As desigualdades foram diferentes para cada pessoa explorada pelo capital, tivemos a oportunidade de observar que o Estado precisa e deve se fazer presente sempre, pois onde houver capital, haverá exploração e assim consecutivamente, haverá excluídos dos direitos trabalhistas.

Outra discussão importante de se fazer é sobre as questões de aposentadoria, não podemos como relata a autora Cynthia Sarti (1997), cair no discurso do “salve-se quem puder”, discurso neoliberal. Precisamos retomar a necessidade das aposentadorias especiais, precisamos levar em conta a dificuldade das mulheres se colocarem no trabalho, as questões da dupla jornada. E nós, assistentes sociais, que não estamos nos serviços públicos, ainda nos deparamos com lugares que por acreditar que este trabalho possa ser feito por qualquer pessoa, não pagam os direitos trabalhistas, alegando as despesas que esses direitos dão para a entidade. Colegas que se sujeitam a trabalhos muito mal remunerados, para não “ficarem” fora do mercado de trabalho, ou a trabalhos que precarizam ainda mais a relação trabalho, mulher e mão de obra.

Neste ano, tivemos o aumento do desemprego e com ele o aumento do assistencialismo a essas famílias, mas nós, do Serviço Social, precisamos compreender o momento que vivemos, mas principalmente, não podemos “cair” no retrocesso profissional, pois estamos a muito tempo lutando contra o assistencialismo como direcionamento da profissão.

Por fim, neste ano, tivemos que incluir em nossa prática profissional, metodologias diferentes das que estávamos acostumadas, mas não podemos perder de vista nosso projeto ético-político.

Aproximar o debate feminista do Serviço Social contribui para a formação da consciência militante das mulheres e para as lutas de classes, com a finalidade da emancipação humana. E esse processo de aproximação coincide com as conquistas dos direitos das pessoas e regulamentação da profissão. Importante destacar que esses avanços vêm sendo construídos a cada ano e como marcos legais temos: a Lei Maria da Penha, o aumento do salário mínimo os direitos trabalhistas como o auxílio maternidade, dentre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S, H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

BEZERRA, V. ;VELOSO, R. **Gênero e Serviço Social: Desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo, 2015.

BILEIRO, F. F; RISK, E. N. **Escola e sexualidades: uma visão crítica à normalização. Diferenças na educação: outros aprendizados / organizadores: Richard Miskolci, Jorge Leite Junior**. São Paulo: Edufscar, 2014.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CISNE, M; S. M. M. S. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. – São Paulo: cortez, 2018- (biblioteca básica de serviço social; v 8).

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, M. **Feminismo e Marxismo: apontamentos teóricos** – políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 132, p. 211 – 230, maio/ago. 2018. São Paulo. Acessado em <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0211.pdf> acessado dia 18/12/2020.

COBO, B.**Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios**. São Paulo: Cortez, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o Estudo do Perfil Profissional**. 2005. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em: novembro de 2020.

FARAH, M. F. S. **Gênero e Políticas Públicas**. Estudos feministas. Florianópolis 2004. Acessado em <https://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf> dia 28/12/2020.

HOFF, L. R.; BELLINI, M. I. B. **Reflexos do modelo neoliberal na condução das políticas públicas: é possível efetivar a intersetorialidade?** Neoliberalismo e desigualdade social : reflexões a partir do serviço social / Gleny Terezinha Duro Guimarães, Ana Lúcia Suárez Maciel, Beatriz Gershenson organizadoras. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2020.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** Marilda Villela Imamoto, Rul de Carvalho, - 19 ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social / Marilda Villela Imamoto. – 9 edição. – São Paulo: Cortez, 2015.

LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Consolidada com a Lei nº 12.435/2011 O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei: LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

LIMA, R. L. **Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações.** Publicado na Revista Serviço Social e Sociedade, nº 117, p. 45 – 68, jan / mar, 2014. São Paulo. Acessado em <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n117/04.pdf> no dia 18/11/2020.

LISBOA, T. K. **Gênero, feminismo e Serviço Social** – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. Revista Katál. Florianópolis V. 13, nº 1 p. 66 – 75 jan/jun 2010. Acessado em https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08_dia15/12/2020.

NETTO, JOSÉ PAULO. Reconceituação do Serviço Social 40 anos depois. Serviço Social & Sociedade nº 84, Ano XXVI São Paulo, Cortez Editora, 2005.

OLIVEIRA, E. M. A. P.; CHAVES, H. L. A. **80 anos do Serviço Social no Brasil:** marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 143-163, jan./abr. 2017. Acessado em <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0143.pdf> dia 18/12/2020.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista** – 1ª ed. – São Paulo: companhia das letras, 2019.

SARTI, A CYNTIA. **A sedução da desigualdade: trabalho, gênero e classe.** In: SCHPUN, Mônica (org). **Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero.** Florianópolis: Editora Mulheres, 1997. P. 153 – 168.

SEBASTINY, M. M. **Divisão Sexual do trabalho em Contexto de Capitalismo Neoliberal: o aprofundamento de desigualdades.** Hegemônicas: perspectivas de gênero em debate / Laura Regina Câmara Maurício da Fonsca, ValeskaBerman Machado, Karopy Ribeiro Noronha, Jean Corrêa dos Santos (organizadores) – Bagé, RS: Faith, 2019.

VIANA, B. B.; CARNEIRO, K. K. C.; GONÇALVES, F. C. **O movimento de reconceituação do serviço social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade.** UFSC, Seminário Nacional de Serviço Social trabalho e política social, 2015.